

A Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) durante o governo João Goulart (1961-1964)

*The Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) during the João Goulart government
(1961-1964)*

Eric Patrick Silva de Faria Rocha,¹ UERJ

Resumo

O presente artigo realiza um estudo da participação e dos discursos de uma das principais associações cívicas femininas no contexto do governo João Goulart: a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde). Inicialmente, objetiva-se elencar alguns dos personagens da sociedade civil daquele período que fizeram oposição ativa a Jango, passando posteriormente a fundação da Camde no auditório do jornal do *O Globo*, no Rio de Janeiro. Para finalizar, utiliza-se o histórico da associação e o próprio jornal *O Globo* para se analisar, através do método de Análise de Conteúdo, as manifestações das mulheres da Camde. As associadas usavam de conceitos como religiosidade, família e valores identificados ao conservadorismo para se posicionarem e defenderem a manutenção do *status quo* naquela sociedade.

Palavras-chave: Camde, Jornal *O Globo*, Conservadorismo, Sociedade Civil.

Abstract

This article conducts a study of the participation and discourses of one of the main women's civic associations in the context of the João Goulart government: the Women's Campaign for Democracy (Camde). Initially, the objective is to list some of the civil society characters of that period who actively opposed Jango, later going on to found Camde in the auditorium of the *O Globo* newspaper, in Rio de Janeiro. Finally, the history of the association and the newspaper *O Globo* itself are used to analyze the manifestations of the women of Camde, who used concepts such as religiosity, family and values identified with conservatism to position themselves and defend the maintenance of the status quo in that society.

Keywords: Camde, *O Globo* Newspaper, Conservatism, Civil Society.

Introdução

O governo João Goulart mostrou-se como um dos períodos de maior intensidade política e social da história brasileira, onde diversos personagens da sociedade civil protagonizaram a ebulição de um sistema democrático que perdurava por uma janela substancial de tempo se considerarmos o percurso histórico do Brasil como nação. Uma destas associações protagonistas, que se posicionaram frente a um ambiente nacional e

¹ Licenciado em História pela Fundação Educacional Unificada Campograndense e Especialista em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestrando em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde atualmente pesquisa sobre as representações de *O Globo e Folha de São Paulo* em relação a PSD, UDN e PTB durante o regime presidencialista de João Goulart (1963-1964). Email: eric_patrickcg@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4778763262213640>.

internacional de alta instabilidade, foi a Camde. A análise dos discursos daquela associação de valores autodeclarados conservadores, democráticos e cristãos se mostra fundamental no que tange o estudo do discurso direitista e anticomunista, este reiteradamente reafirmado pela associação enquanto entidade opositora ao governo de Jango.

A primeira parte do artigo tenciona apresentar algumas das entidades civis de posicionamento conservador, no qual a Camde se inclui. Instituições empresariais como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), grande parte da imprensa brasileira, setores conservadores da Igreja Católica e outras entidades cívicas femininas se mostraram bastante atuantes no dever de se opor ao governo João Goulart, construindo parte do edifício radical que a sociedade brasileira se alocou naquele período.

Em seguida, apresentar-se-á a própria Camde e seu processo fundacional, onde encontrou morada em outras instituições de cunho conservador, como o jornal *O Globo*. Algumas das suas primeiras ações também serão recapituladas, fazendo-se oposição a nomes que entendiam serem danosos para os destinos da sociedade brasileira ou manifestando-se de modo a “alertar” o então presidente João Goulart, sempre tendo o anticomunismo como pano de fundo.

Derradeiramente, se empreenderá uma análise sobre os discursos da Camde, alocados tanto no jornal *O Globo* quanto no histórico da entidade. As mulheres da associação se posicionaram fortemente em prol do combate ao que entendiam ser a crescente tomada do poder pelo comunismo soviético no país, realizando declarada oposição sob o signo do medo de modo a evocar conceitos conservadores de religiosidade e família. Para analisar os textos editoriais, utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

O papel da sociedade civil no golpe de 1964

O golpe de 1964 parece ter sido executado somente pelos militares. Isso parece verídico diante de diagnósticos mais descuidados sobre o trajeto histórico da sociedade brasileira. Contudo, um personagem também se mostrou de crucial importância para a consumação golpista: a sociedade civil. De acordo com o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2005), se formatou uma imagem da sociedade civil brasileira, com sua índole democrática, como infensa ao regime militar que se instaurou em 1964. Essa construção de memória ganhou terreno durante o processo de distensão lenta, gradual e segura do general-presidente Ernesto Geisel e se solidificou ao longo dos anos 1980, edificando-se uma ideia de sociedade brasileira, em tempos de ditadura militar, plasmada no mito da resistência. Em outras

palavras, seria a conclusão de que somente os militares, autoritários e oportunistas, puseram em prática a ação golpista sem o consentimento da sociedade, enfrentando os resistentes brasileiros, espiritualmente democráticos. Reis Filho (2005) acredita que isto é uma inverdade. Parcelas da sociedade civil compuseram parte substancial do núcleo favorável a execução do golpe e a manutenção de uma ditadura que durou 21 anos em solo brasileiro, como provam estudos posteriores, formatando-se os termos golpe civil-militar e regime civil-militar de 1964. Analisemos alguns dos setores da sociedade civil complacentes.

O primeiro a utilizar a expressão “golpe civil-militar” fora o cientista político uruguaio René Armand Dreifuss (Toledo, 2006). O estudioso detalha as ações civis e militares golpistas, representados principalmente pelo empresariado nacional e pelos oficiais formados e influenciados na Escola Superior de Guerra (ESG).² Enxergando a necessidade de estender sua influência para além do campo econômico, o empresariado viu-se na obrigação de organizar-se e atingir o campo da política. “Eles desejavam compartilhar do governo político e moldar a opinião pública, assim o fazendo através da criação de grupos de ação política e ideológica” (Dreifuss, 1981, p. 102). O primeiro grupo de proporção nacional formado pela classe empresarial fora o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

O IBAD, fundado em 1959, se caracterizava pelo seu forte anticomunismo, e acreditava que parte da imprensa era moderada em relação ao “esquerdismo” crescente (Ferreira; Gomes, 2014). “Ele operava de modo reservado, procurando apoio das mais diversas fontes para atingir seus objetivos, preparando a infraestrutura para ações futuras” (Dreifuss, 1981, p. 102). Moniz Bandeira (2001) ressalta o patrocínio e a ligação direta da CIA com o Instituto, obtendo um correspondente direto e líder ibadiano, Ivan Hasslocher, o que era ilegal perante a legislação brasileira da época. Ainda sobre o IBAD:

Através do IBAD, os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como em mobilizar o público em geral. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais e nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias (Dreifuss, 1981, p. 102-103).

Segundo Dreifuss (1981), o IBAD figurou nas eleições presidenciais de 1960, dando apoio velado ao candidato da UDN, Jânio Quadros. Contudo, a participação ibadiana que

² Segundo o historiador Paulo Vizentini (2011, p. 199), a ESG foi criada em 1948, baseando “suas concepções no binômio *segurança e desenvolvimento*, defendendo para o país um projeto econômico de capitalismo associado ao bloco internacional, nos quadros de uma Doutrina Interamericana de segurança anticomunista.”

ganhou vulto realizou-se nas eleições de 1962, já na presidência de João Goulart. Seu papel se deu no campo econômico, conduzindo fundos maciços aos candidatos que compartilhavam de seus ideais de democracia e livre iniciativa, bem como coordenou associações e a ação política de indivíduos em prol de representação parlamentar de seu pensamento político. Bandeira (2001) quantifica os gastos do IBAD, podendo chegar à cifra de US\$ 20 milhões de acordo com o agente estadunidense Philip Agee, dinheiro que não era proveniente unicamente de empresas norte-americanas como também do governo federal.

Outro grupo empresarial que apresentava linha de ação similar à do IBAD e que agira em conjunto com o mesmo foi o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Criado em 29 de novembro de 1961, O IPES era formado principalmente por empresários de São Paulo e Rio de Janeiro, mas rapidamente se expandiu para cidades como Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus, entre outras (Dreifuss, 1981). Estes empresários eram heterogêneos no que concerne ao campo ideológico, mas eram unidos por alguns preceitos, tais como suas relações multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar o Estado em favor de uma maior liberdade de iniciativa, identificada com a democracia.

Caio Navarro de Toledo (2006) define o IPES como uma congregação de cunho ideológico típica e pertencente à sociedade civil. Apesar de ter vínculos com a Escola Superior de Guerra (ESG), aparelho ideológico de Estado referente à esfera marcial, foram os civis da burguesia multinacional e associada responsáveis pela formatação e comando da instituição ipesiana durante o tempo que ela manteve suas ações.

Moniz Bandeira (2001) assinala o patrocínio da Light & Power ao instituto. Além desta, outras empresas norte-americanas forneceram recursos econômicos para a campanha ipesiana de deterioração do governo Goulart e o combate ao “comunismo”. Outras contribuições financeiras externas também se apresentaram além da influência estadunidense, como a de empresários e políticos da República Federal da Alemanha.

De acordo com Dreifuss (1981), o IPES operava de modo secreto, mas também teve uma divulgação pública. Declaradamente, o IPES se definia como uma instituição apartidária, que problematizaria as mazelas brasileiras a partir de um ponto de vista tecno-empresário liberal, sendo uma associação que, essencialmente, buscava educar moral e civicamente os cidadãos brasileiros de acordo com os preceitos liberais que acreditava. Tal tarefa seria executada principalmente por empresários e profissionais liberais de convicções democráticas, despossuídos de interesses particulares ou classe social. Para enfatizar sua fachada, ainda era apresentado como uma organização educacional que realizava doações

financeiras em busca da erradicação do analfabetismo entre as crianças pobres e como núcleo de debates acadêmicos. Veladamente, o IPES era coordenador de uma campanha dinâmica e sofisticada a nível ideológico, político e militar. As operações secretas eram tão organizadas a ponto de forças-tarefa especializadas, unidades de ação e grupos com codinomes as executarem.

Segundo Ricardo Mendes (2004), IPES/IBAD se uniram em prol da deposição do governo Goulart sob a retórica do anticomunismo, associando o regime comunista à regimes totalitários, não identificando distinções em regimes nazistas ou fascistas, por exemplo. Os dois institutos acreditavam estar em curso um processo de instalação da ideologia soviética em solo brasileiro. Com uma linha de pensamento social que colocava o regime democrático como originária e tradutora da livre iniciativa dos personagens sociais, os institutos entendiam que o comunismo significava a dizimação de qualquer liberdade, transformando os componentes da sociedade em meras “peças do Estado”. Neste caso, é a mudança do sistema político que incidiria nas relações sociais.

O IBAD teve seu fim formal em setembro de 1963, quando as acusações de envolvimento com o capital estrangeiro tomaram grandes proporções, sendo culpada de corrupção política na CPI instalada pela Câmara dos Deputados (Ferreira; Gomes, 2014). O IPES só teve seu fim decretado em 1972, mas teve suas atividades reduzidas desde a consumação do golpe de 1964. Além de promover uma campanha ideológica com o objetivo de atingir as classes médias, o complexo IPES/IBAD conseguiu apoio dentro das Forças Armadas e entre os militares da reserva. A elite orgânica que o formava estava “no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar, dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar” (Dreifuss, 1981, p. 397).

Outro segmento da sociedade civil bastante atuante no período do governo de Jango e que teve influxo na ação golpista foi a Imprensa. Segundo a historiadora Alzira Alves de Abreu (2006), que analisou os jornais impressos no período Goulart, a década de 1960 atravessava grande ebulição no jornalismo político, tendo seu ápice. A conjuntura nacional e social era traduzida por meio de reivindicações e ações em favor de sociedade mais justa, quer pelo sistema político democrático, quer pelo sistema socialista de governo, variando de movimento a movimento e suas respectivas orientações políticas. Os anos 1960 também foram portadores “de movimentos de renovação cultural impregnados de grande politização e radicalização, tanto de direita e extrema direita, quanto de esquerda e extrema esquerda” (Abreu, 2006, p. 108). Outra característica da imprensa à época era de obter posição

partidária, mesmo não sendo subvencionada por nenhum partido do jogo político, o que Abreu (2006) entende fazer parte de uma concepção missionária que entendiam possuir.

Segundo Abreu (2006), a imprensa, de modo geral, se posicionou favoravelmente a primeira grande dúvida gerada pelo momento da renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente: a apropriação do cargo ou não pelo vice-presidente João Goulart. Os jornais empunharam a bandeira da continuação do regime democrático e da manutenção de fidelidade a carta constitucional. Porém, houve jornais que se opuseram a posse de Goulart. Estes jornais eram *O Globo* e o *Estado de São Paulo*.

A aprovação do parlamentarismo pelo Congresso Nacional e a confirmação do plebiscito para o início de 1963 suscitou outras reações. O *Estado de São Paulo* rejeitou veementemente a solução parlamentarista alegando que tal sistema não seria capaz de resolver os problemas do Estado brasileiro, visto que o presidente não teria autoridade. *O Globo* apoiou a emenda parlamentarista. A *Tribuna de Imprensa*, chefiada pelo governador da Guanabara Carlos Lacerda e opositorista, enxergou o parlamentarismo como a pior saída possível, sendo retratado como uma solução do Partido Comunista (Abreu, 2006).

De acordo com Abreu (2006), quando se confirmou o plebiscito para o retorno ou não do regime presidencialista, *O Globo* mostrou-se amplamente favorável a volta do presidencialismo, com esperanças de que Goulart atacasse a inflação e sanasse a crise política. O *Estado de São Paulo* foi radicalmente contra, entendendo a concessão de poderes de um presidente da república a João Goulart pior do que o famigerado parlamentarismo coevo.

A Revolta dos Sargentos, no dia 12 de setembro de 1963, é considerada como um ponto de inflexão por Abreu (2006). Para Ferreira e Gomes (2014), até aquele momento os jornais não desenvolviam ataques ao governo que possam ser considerados como agressivos se comparado a época do segundo mandato de Vargas, quando a oposição era incessante. “Embora muitos jornais fizessem duras e sistemáticas críticas ao governo, não se encontra na imprensa, em geral, uma histeria anticomunista e/ou uma pregação golpista[...]” (Ferreira; Gomes, 2014, p. 245). O *Jornal do Brasil* defendeu o governo até o fim do Plano Trienal. Após o comício da Central do Brasil, jornais como o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã* exemplificam a tendência geral dos jornais de pedirem a saída de João Goulart da presidência, seja por meios constitucionais ou não.

O papel da imprensa mostra-se de forma substancial para a propagação de ideias e ideais na sociedade brasileira. O meio midiático é relevante no que se refere ao modo de propagação da informação, e no período Jango, todos os jornais e a incipiente televisão selecionavam os fatos a serem transmitidos ao público, também emitindo opiniões sobre a

situação política do país. Alguns jornais se destacaram no que concerne ao protagonismo no ataque ao governo e a deposição do presidente, assim como houve jornais que o defenderam até o último minuto, como, por exemplo, *O Diário Carioca* (Abreu, 2006). É premente ressaltar a atuação das mídias no governo Goulart, visto que suas ações interferiram no rumo dos acontecimentos, contribuindo para que outros setores da sociedade civil e militar se posicionassem. E “nesse caso, sem a participação da imprensa, o desfecho de determinado processo ou acontecimento seria totalmente diferente” (Abreu, 2006, p. 107).

Outra instituição dos marcos civis que apresentou forte oposição ao governo de tendências “comunizantes” de Jango foi a Igreja Católica. Segundo Paulo César Loureiro Botas (1983 apud Ferreira; Gomes, 2014), durante o período Goulart, a Igreja Católica era integrada por grupamentos de tendências políticas diversas como os “ultrarreacionários”, que constituíam pequena parte. A maior fração dos grupos políticos que conformavam a Igreja se apresentava nos grupos “conservadores” e “moderados”, que apoiava as reformas econômicas e sociais apesar de seu anticomunismo latente. Ainda havia a “ala avançada”, que se identificava com o preceituário das ideias esquerdistas. As alas conservadoras radicais, reagindo à postura progressista da Ação Católica e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - instituições que se engajaram na luta pelas reformas de base – apoiaram fortemente uma organização católica leiga de extrema direita chamada Tradição, Família e Propriedade (TFP). Ferreira e Gomes (2014) atentam para a heterogeneidade da instituição, comumente veiculada como instituição homogeneamente conservadora no governo Jango.

A religiosidade se constituiu em um relevante componente dos discursos antijanguistas nos anos que precederam o término de seu período presidencial e o fim de um período democrático que já durava 19 anos. De acordo com Ferreira e Gomes (2014), outro exemplo do influxo da religiosidade cristã nos pensamentos e argumentos conservadores pode ser reconhecido no que Ana de Lourdes entendeu como uma afronta de Goulart ao cristianismo no Comício da Centra do Brasil no dia 13 de março de 1964. Jango teria ofendido a fé católica quando tripudiou do símbolo católico de protesto feminino, o rosário, dizendo não se realizar as reformas que o povo ansiava com tal símbolo. Após o ocorrido, Lourdes propôs um ato público contra Jango e o seu Comício: o Movimento de Desagravo ao Rosário. Este Movimento serviu de inspiração para outra grande mobilização nas ruas: a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, pugnando pelo fim do governo Goulart e pela defesa de valores cristãos e ocidentais.

A Ação Católica de São Paulo emitiu um manifesto condenando a exploração da fé cristão e do sentimento de religiosidade da população para mobilizar a grande Marcha,

atentando para o risco de divisão interna na Igreja. Como inferem Ferreira e Gomes (2014), as preocupações da Ação Católica de São Paulo se justificavam dado que a polarização já estava viralizada no seio da Igreja Católica, comprovada pela influência na hierarquia católica e das lideranças que surgiam em um contexto politicamente conturbado.

O discurso conservador e anticomunista da Igreja Católica e de associações cívicas femininas se complementavam e estavam intrinsecamente ligados. As associações cívicas femininas constituíram parte importante da sociedade civil partidária da deposição de Jango. Muitas entidades foram formadas ao longo do mandato de João Goulart, como a União Cívica Feminina (UCF)³ em São Paulo, a Liga da Mulher Democrática (Limde)⁴ em Belo Horizonte, a Cruzada Democrática Feminina (CDF),⁵ em Recife e a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG),⁶ em Porto Alegre. Estas associações se apresentavam como apartidárias e como mães, esposas e donas de casa, objetivando alertar a opinião pública para os perigos que as famílias brasileiras estavam correndo assim como planejavam revitalizar os traços culturais de um Brasil cristão e democrático (Cordeiro, 2009).

A Fundação da Camde

A Campanha da Mulher pela Democracia, associação cívica feminina que afirmava ser uma congregação apolítica e que prezava pelo regime democrático no país, fora fundada de modo informal em 14 de junho de 1962.⁷ Segundo a historiadora Janaína Martins Cordeiro (2009), a professora primária e aposentada Amélia Molina Bastos reuniu em sua casa no bairro de Ipanema cerca de 22 famílias vizinhas, sendo parte de um trabalho para a paróquia de Nossa Senhora da Paz. Nesta reunião ainda compareceram seu irmão, o general Antônio de Mendonça Molina, o engenheiro e economista Glycon de Paiva, que era vizinho de dona Amélia, além do frei Leovigildo Balestieri. Os dois primeiros apresentavam-se como membros do IPES e Leovigildo era pároco de Ipanema, estando presente para distribuir fichas da Aliança Eleitoral pela Família (ALEF).⁸

³ Fundada em 1962, teve como uma de suas principais líderes Maria Paula Caetano da Silva. Ver Sestini (2008)

⁴ Fundada em 1964 com influência da Camde, teve como liderança Dona Balbina Lopes Bragança. Ver Simões (1985)

⁵ De acordo com Simões (1985), a CDF foi fundada oficialmente em 1964, já atuava na clandestinidade desde 1963. Teve como uma das principais articuladoras do movimento Dona Leonor Correia.

⁶ Fundada em 1964 as vésperas do golpe, teve como uma de suas apoiadoras a primeira-dama do Estado do Rio Grande do Sul a Sra. Judith Meneghetti (Simões, 1985).

⁷ Histórico da Camde, 1967, p. 1, Arquivo Nacional.

⁸ Segundo Presot (2004 apud Cordeiro, 2009, p. 47) “a Alef tinha por objetivo indicar aos fiéis os candidatos cujos projetos estivessem em consonância com as posturas defendidas pela Igreja.”

De acordo com Cordeiro (2009), o frei Leovigildo discursou nesta reunião. Sua intenção era advertir as mulheres presentes do perigo comunista, definindo a situação com certo grau de preocupação. Classificava os homens brasileiros como impotentes frente à crescente penetração dos comunistas na sociedade brasileira, mas que as mulheres apresentavam-se como uma força nova e de grande influência, tendo potencial para salvar o país do “perigo vermelho”. Dona Amélia, em entrevista a Stella Polanah (1967 *apud* Cordeiro, 2009, p. 47), disse que associou o regime comunista ao ateísmo, e ao ouvir o frei e pároco de Ipanema, entendeu ser uma luta em prol de sua religião e pela defesa da Igreja.

Oficialmente, a Camde só fora fundada em 11 de julho de 1962, no auditório do jornal *O Globo* (Cordeiro, 2009). No dia 12 de julho, estampara-se na primeira página do jornal *O Globo* um título de chamada “A Mulher Brasileira está nas Trincheiras” abordando a fundação da entidade. Solange de Deus Simões (1985) define o título como “espalhafatoso”. Na oportunidade, o deputado Armando Falcão, articulador político de membros do IPES com os partidos da democracia brasileira, principalmente PSD e UDN (Simões, 1985), discursara - definido pelo *O Globo* mais como um diálogo que propriamente um discurso. Nesta ocasião, o deputado falou sobre um possível descaso dos nordestinos com a democracia.⁹ Falcão lamentara que, apesar da falta de compromisso destes com o sistema democrático, a ameaça real estava vindo do sul com Brizola, falando que sua vasta experiência política o permitiria reconhecer manobras comunizantes. O deputado ainda ressalta a força das mulheres, que não podiam ser ignoradas.

As senhoras também lançaram seu manifesto, localizado na segunda página do editorial, identificado como “manifesto das mulheres cariocas” (*O Globo*, 12/07/1962, p. 2). Em seu início, as mulheres da Camde dizem que

A Mulher Brasileira vive, atualmente, momentos de expectativa e ansiedade. Sente que uma minoria atuante e organizada ameaça o regime democrático. É preciso pois que cada um de nós trabalhe no sentido de alertar conhecidos, amigos e até parentes sobre as táticas demagógicas dos assalariados de Moscou (*O Globo*, 12/07/1962, p. 2).

Neste trecho, é possível perceber o medo que a associação obtinha em relação à perda do sistema democrático, acreditando estar ameaçado por poucos homens bem organizados.

⁹ Falcão se refere ao governador trabalhista de Pernambuco Miguel Arraes e suas recorrentes falas contra o conservadorismo e favor da reforma agrária sem que tivesse o teor de uma negociata rural. Também se refere ao trabalhismo dos nordestinos, que clamavam ao Estado pelas reformas, identificadas por Falcão e pelos conservadores como ameaça de instalação de um Estado Totalitário. Para um panorama mais geral sobre a situação política do país no governo Goulart, ver Ferreira e Gomes (2014).

Segundo a Camde, era necessário um empenho coletivo a fim de avisar a todos dos respectivos círculos sociais sobre as estratégias persuasivas de pessoas patrocinadas pelo comunismo, representado na declaração pela cidade de Moscou, capital da União Soviética.

No fim do manifesto, a associação convoca não só as mulheres de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas de todo o Brasil, formatando-se uma maioria que venceria “a minoria subversiva que ora agita o país” (*O Globo*, 12/07/1962, p. 2) A Camde nascia mostrando a que veio: evitar a derrocada do sistema democrático ante os tremores advindos da União Soviética. Seu poder de mobilização e suas ações fazem Simões definir a entidade como o “grupo feminino que maior impacto conseguiu provocar e que ocupou uma posição de destaque e liderança entre as outras entidades femininas e articuladas à conspiração civil-militar” (1985, p. 29).

No dia 13 de julho, uma pequena coluna elogiara a iniciativa das “mulheres brasileiras” contra a subversão comunista. Provavelmente editado por alguém do próprio editorial de *O Globo*, a coluna se refere à luta contra o perigo de “comunização” e destaca que só haveria derrota para os setores democráticos e cristãos brasileiros se naquele lado houvesse sentimentos ligados a “apatia, irresolução e derrotismo” em vez de “energia, determinação e confiança” (*O Globo*, 13/07/1962, p. 1). Exalta a atitude feminina diante de males que já figuravam na sociedade brasileira “já não muito disfarçados dos totalitários mais ou menos vermelhos” (*O Globo*, 13/07/1962, p. 1). A ação das mulheres seria, desta forma, um exemplo iluminado para todos os democratas do Brasil, e que por fim, deveriam se mobilizar através do caminho aberto pelas senhoras, mostrando confiança no que se refere ao destino daquele Brasil de tradições libertárias face as correntes “anticristãs e liberticidas” (*O Globo*, 13/07/1962, p. 1).

O jornal *O Globo*, deste modo, já enunciava sua posição e mostrava apoio a correntes que combatiam um de seus maiores temores: o perigo comunista. Se pondo do lado da tradição ocidental brasileira de valores democráticos e cristãos, convocava toda a população para sustar o processo invasivo do comunismo no país, buscando arregimentar forças que o tradicionalismo brasileiro insinuava ser esmagadoramente favorável à sua posição, mesmo que a instalação do regime soviético fosse altamente improvável em solo brasileiro.

Tanto Cordeiro (2009) quanto Simões (1985) apontam também a atitude das mulheres após o nascimento oficial da entidade: a entrega do protesto contra a indicação de San Tiago Dantas ao jornal *O Globo* para o cargo de primeiro-ministro. Seu discurso apontava Dantas como “fator de escravização nacional” caso a opinião pública não se posicionasse infensa a sua indicação (1962 *apud* Simões, 1985, p. 69). Segundo Simões (1985), além dessa

manifestação, as mulheres da Camde ainda enviaram uma mensagem a Jango que, de forma “maternal”, tentava advertir o presidente quanto aos “maus amigos”, que foram identificados como condutores de um programa socializante de cunho esquerdista e que provocaria o desamor ao povo.

Uma das primeiras ações das mulheres da Camde, em associação com a UCF, fora a manifestação contrária ao pedido de delegação de poderes do primeiro-ministro Brochado da Rocha para legislar por decreto e a antecipação requerida por Goulart do plebiscito a fim de serem realizadas nas eleições de outubro de 1962. Foram entregues cerca de 30 mil cartas ao planalto contendo essas duas reivindicações. Tal número é contestado por Simões, que calculou cerca de 60 mil cartas. Entretanto, sendo 30 mil ou 60 mil, o número é expressivo da mesma forma (Cordeiro, 2009).

Uma destas cartas fora publicada pelo *O Globo*, sendo entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli. Segue-se o trecho publicado:

Aturdida com os últimos acontecimentos que vem se desenrolando em nossa pátria, dirijo-me respeitosamente a Vossa Excelência, no sentido de apelar para a vossa coragem. Acredito que Vossa Excelência tenha se lançado na vida pública por verdadeiro sentimento de patriotismo. Que este sentimento, senhor deputado, se mantenha agora, em toda a sua plenitude através de uma negativa formal ao pedido de delegação de poderes e antecipação do plebiscito, pretendido pelo Conselho de Ministros. Agindo assim, Vossa Excelência merecerá o aplauso e o prestígio dessa imensa família brasileira que ora vive momentos de angustiosa expectativa (*O Globo*, 08/08/1962, p. 6).

Esta carta, a tom de representação do ideário e do desejo das mulheres da Camde em relação ao pedido de delegação de poderes e a antecipação do plebiscito proposto por Goulart, apela para o sentimento de patriotismo dos deputados da Câmara, tentando buscar em suas razões os preceitos que norteariam o bom senso de se impedir que João Goulart e Brochado da Rocha conseguissem seus objetivos. Segundo a associação, devia-se contemplar em sua plenitude naquele momento todos os motivos que fizeram cada um adentrar na vida pública. A família é citada como um núcleo de união entre os brasileiros que se veriam bastante contentes com a decisão do Congresso em não ceder às pressões de Rocha e Goulart.

Mazzili, na ocasião, dissera ao *O Globo* que a atitude das mulheres expressavam a confiança dos brasileiros nas instituições democráticas, dizendo que o Congresso estaria sempre aberto a “todos os entendimentos com o povo, que na Câmara, está legitimamente representado” (*O Globo*, 08/08/1962, p. 6). Apesar dos clamores da Camde não encontrarem sucesso em relação ao pedido de Brochado da Rocha, o plebiscito, como queria Goulart, não

fora remarcado para outubro de 1962, mas para janeiro de 1963, demonstrando uma vitória parcial dos protestos das entidades femininas e dos setores da sociedade que obtinham o mesmo desejo.

O Histórico da Camde, datado de 1967, retrata as causas que enviaram a Camde para os *fronts* em defesa de seus preceitos e da sociedade brasileira:

Diante da arbitrariedade com que se tratava o direito do povo, com que se esquecia a sua autonomia, conspurcando-a com a mediocridade, a mentira, a deshonra [sic], procurando impor a êsse [sic] povo harmonioso e simples, porém, amante da liberdade, a justiça do mais forte, decidia-se a mulher a tomar posição, a participar ativa e responsavelmente, de um problema que era seu, porque afetava a vida de sua Pátria, o futuro de seus descendentes e a liberdade de seus concidadãos.¹⁰

Em outras palavras, na concepção da Camde, o Brasil vivia um período de usurpação de direitos conquistados ao longo da sua trajetória através de calúnias, impingindo a um povo tradicionalmente afável e cordial a injusta lógica do mais forte, sendo apaixonado pela liberdade. Neste momento, surge um novo personagem: a mulher. As mulheres então deviam liderar a batalha contra os males que assolavam o seu país e que poderiam comprometer a liberdade dos futuros brasileiros. Tinham ciência da imperiosa necessidade da reforma do sistema social brasileiro, entretanto, sacrificar a democracia era errôneo e encontrava-se na eminência de ser defendida. O governo esquerdista e reformista de Goulart e o comunismo apareceram como os principais adversários do regime democrático no entendimento das associadas.

Apesar de todo o temor da Camde à época, Rodrigo Patto Sá Motta (2021) não acredita que um projeto comunista poderia ser instalado naquele Brasil dos anos de 1960. O autor ressalta que os comunistas faziam parte de um grupo minoritário, e, mesmo somados a outras alas do campo progressista, apresentavam-se em menor número no cenário nacional. Em adição a este dado, os comunistas não tinham perspectivas de realizar uma insurreição, e sua estratégia à época era implementar as reformas sociais junto a uma frente nacionalista e democrática, objetivando uma revolução processual em que se superasse o regime capitalista com a criação de um sistema econômico baseado na propriedade social. Para Motta (2021), a própria desconfiança de Goulart referente aos comunistas e sua atitude perante ao golpe de 1964 permitem concluir o quão frágil é o argumento de conspiração com o “perigo vermelho” do então presidente.

¹⁰ Histórico da Camde, 1967, p. 4, Arquivo Nacional.

Ações da Camde no governo João Goulart: uma análise de seus ditos

Como o próprio nome da associação enuncia, a retórica permeada por recorrentes menções às instituições democráticas e seus valores se dava de forma ubíqua nas mensagens e manifestos da Camde. A democracia deveria ser mantida a todo custo pela sociedade brasileira e qualquer ameaça ao sistema democrático - na concepção das associadas - era condenado de forma enérgica pela entidade, sendo sua insatisfação transmitida através dos veículos de comunicação em massa que coadunavam com o seu posicionamento, como é o caso de *O Globo*.

No Histórico da entidade (1967), a Camde diz ter sido criada a partir de linhas de ação que delineariam e conduziriam o povo ao esclarecimento do que acontecia no Brasil. Esse objetivo só era possibilitado pelos processos democráticos, dizendo-se não possuir “côr [sic] partidária de qualquer espécie” (1967, p. 7). Também estabeleciam como meta o “culto do civismo, por tôdas [sic] as suas formas” e o intenso trabalho em quaisquer setores que contemplassem seus objetivos, incluindo “obras meritórias, principalmente as que visarem a melhoria de vida menos favorecidos, sempre dentro dos princípios democráticos de justiça e liberdade para todos”. A entidade ainda diz que qualquer senhora interessada e imbuída do desejo de realização das atividades desta forma estabelecidas poderiam se juntar a associação, sem distinção de classe social, pigmentação da pele ou credo religioso.

Em 3 de Abril de 1963, a Camde agradecia ao governador da Guanabara Carlos Lacerda por ter impedido o Congresso pró-Cuba neste Estado da federação. Se solidarizando com a atitude de Lacerda, as mulheres julgavam ter-se defendido os princípios democráticos:

Senhor Governador: Reunimo-nos em nome da mulher brasileira, cuja a crença na democracia se mantém inalterada, para manifestar-lhe a nossa solidariedade. Depois de uma tomada de consciência, de uma observação nítida da realidade nacional e internacional, é forçoso nos reconhecer que a impassibilidade, o individualismo, o comodismo estão definitivamente condenados. Se pretendemos caminhar para uma era de progresso e liberdade, para a segurança e tranquilidade de uma democracia verdadeira, sem dubiedades e sem subterfúgios, é necessário refletirmos que a meta não será alcançada automaticamente. É preciso que caminhemos. Todos nós, sem hesitação nem esmorecimentos (O Globo, 03/04/1963, p. 12).

O agradecimento ao governador antecipa a reafirmação da associação quanto a sua confiança no sistema democrático. Referindo-se claramente a situação de Cuba, a Camde entendia que a realidade pelo mundo e dentro do país impunha-lhe a interpretação de que suas próprias ações não poderiam ser outras senão interferir no destino de cada uma. O altruísmo e uma atitude efetiva apareciam como obrigatórios em momentos de dificuldades, passados – ao

seu crivo – por outras localidades, internas e externas ao Brasil. Segundo as associadas, a certeza para a efetivação de uma democracia em seu mais pleno sentido, sem gerar qualquer tipo de desconfiança ou ser realizada de forma indireta ou debilitada, viria somente após a união de todos os segmentos que pugnavam pelas instituições democráticas, necessária para se combater o mal e a prisão que a perda do “regime de liberdade” significariam. Ao final, clama-se pela unificação dos interesses em prol de um bem maior: a manutenção do sistema democrático, sem sinais de fraqueza.

Nota-se a antipatia das associadas em relação ao sistema cubano, mas sempre com um toque de medo. O temor das mulheres quanto à contaminação da sociedade brasileira com os germes do comunismo estava ligado à sua crença dos riscos que tal sistema político representava para a liberdade, que acreditavam estar intrínseco ao regime democrático. A associação defende também algum tipo de intervenção, acreditando que sua intrusão poderia salvar os cubanos do destino da comunização. Uma ação coletiva não só propiciaria a Cuba um regime de liberdade, mas também dissipava o regime soviético do continente americano, diminuindo a probabilidade de seu alastramento. A democracia salvaguardaria a todos os preceitos da liberdade segundo as associadas, e a oposição deste conceito perante o sistema comunista se fazia presente de forma recorrente nos discursos da Camde.

Para colocar em palavras o pensamento da entidade, segue-se na mesma notícia o clamor pela interferência brasileira. Entendida como uma situação lastimável para Cuba, a associação desejava uma intervenção que salvaguardasse um país de tradições ibéricas:

A interdependência das nações não mais nos permite viver isolados daquelas que se manifeste qualquer conflito. Suas comoções, dificuldades, sofrimentos e misérias repercutem sobre nós, sobre nossas tradições, nosso crédito, nossos direitos, nossa honra. Não podemos, pois, assistir de braços cruzados à tragédia de Cuba (O Globo, 03/04/1963, p. 12).

Os discursos e mensagens da Camde obtinham um conjunto bem definido de valores. Conceituando seus discursos, termos como totalitarismo, democracia e família, guiados por valores religiosos e conservadores, compunham a sua intencionalidade e permeavam todas as suas manifestações, buscando sempre moldar a opinião pública em favor da “liberdade” e do anticomunismo.

Em outro trecho do manifesto de 3 de abril de 1963, a Camde mostra-se preocupada com os valores familiares que rumavam para o descenso em solo cubano, entendendo que a infantilidade das crianças cubanas estariam, naquele momento, sendo usurpadas por um Estado impiedoso e dominador, sem poder “saber, sem revolta, que pais cubanos são privados

do pátrio poder, que seus filhos lhes são arrebatados na tenra idade de 3 anos, privados do aconchego [sic] e do carinho paternos, serem transformados em servos do capitalismo estatal pela educação sistematizada” (O Globo, 03/04/1963, p. 12).

Neste fragmento de sua manifestação, a associação visa exprimir incisivo sentimento de revolta e sua inconformidade com a situação “aterrorizadora” em Cuba. Segundo as mulheres, as crianças estavam tendo sua formação emocional e sentimental comprometida através da ação do governo cubano em arregimentá-las, retirando da esfera pátria e familiar a responsabilidade de sua criação e dos ensinamentos que somente os familiares tinham condições de apresentar. Desde muito novos e em uma idade muito precoce para se realizar uma interpretação de mundo e de suas mazelas, as crianças não tinham outra saída senão a sua prematura submissão aos governantes de Cuba segundo a Camde, interferindo no decurso da formatação moral que só seria adequadamente construída se fosse realizada plenamente pelos carinhos e amor próprios da atmosfera privada e familiar. As associadas acreditavam que os valores daquele ser humano seriam suprimidos mediante a servidão que lhes seria imposta mesmo sem o seu consentimento aos totalitários de Cuba.

Avulta-se nesta pequena parte a concepção das mulheres da entidade em relação ao que entendiam ser uma intervenção de sujeitos exógenos na responsabilidade de criação das crianças. É possível perceber que as componentes da entidade eram unânimes em encarar a juventude e a infância como etapas cruciais de desenvolvimento do homem, e a subversão de seus sentimentos estaria ligado ao comunismo totalitário e ao comprometimento do âmbito privado. A educação cubana, que as mulheres concebiam agir em prol da legitimação do seu sistema, era nociva ao entendimento de liberdade que aquela jovem pessoa iria adquirir, privando-se dos ensinamentos que os pais têm por missão repassar a seus descendentes.

A questão religiosa também é uma marca recorrente em seus discursos, e por este motivo, se opuseram, em 1963, à vinda do Marechal Josip Brós Tito, ditador socialista da Jugoslávia. As mulheres se manifestaram contra a visita de Tito ao Brasil dizendo que a sociedade brasileira era naturalmente infensa a sua pessoa, por ter sido formatado sob os preceitos da fé cristã. A entidade o define como “exterminador dos católicos” em matéria que saiu a 29 de agosto de 1963:

Excomungado pelo Papa, pela maneira como perseguiu os católicos, inclusive o Cardeal Stepinac, não pode ser recebido entre nós. E para homenageá-lo, dezenas de milhões de cruzeiros serão gastos, tirados do suor do povo brasileiro, quando a excomunhão papal especial não permite que os católicos tenham com ele qualquer contato. Tal visita é, pois, um acinte aos

nossos sentimentos e devemos repeli-la como uma afronta a nossa fé (O Globo, 29/08/1963, p.2).

Tendo em vista que a autoridade máxima do catolicismo condenou Tito à exclusão da fé cristã, as mulheres da Camde compreendiam sua visita como uma afronta aos brasileiros, cristãos em sua formação. A perseguição de Tito aos católicos na antiga Iugoslávia era encarada como um ato de intensa maldade, e desrespeitar o julgamento do Papa não era indicado. A entidade ainda tenta denunciar os dispêndios financeiros que a empreitada do governo federal demandava, visando apontar tal atitude como lesiva a sociedade brasileira, visto que se desviariam importantes recursos dos cofres públicos abastecidos pelo trabalho de toda a sociedade cristã. Além de afrontados com a chegada de um perseguidor de sua fé, o povo brasileiro ainda patrocinaria sua visita, o que poderia ser entendido como um desrespeito grandioso pela opinião pública leitora de *O Globo*. A chegada de Tito, então, deveria ser concebida como uma injúria bastante ofensiva aos brasileiros no entendimento da Camde.

Tendo como objetivo apelar ao povo brasileiro predominantemente católico, então, a Camde realiza não só uma oposição as irreligiosas atitudes do ditador, mas também ao socialismo, visando convencer os leitores de seu manifesto que os governantes estavam abrindo portas para um exterminador ímpio e ao sistema socialista através da figura de Tito, podendo ser entendido como uma penetração do socialismo agnóstico em solo brasileiro. O pronunciamento da entidade, então, visava alcançar dois objetivos fundamentais: pressionar o governo contra a vinda do ditador, e de maneira indireta, condenar e evidenciar para a sociedade brasileira o comunismo como um sistema ateu, capaz de expurgar a religião cristã de seus arredores se fosse necessário.

Em outro manifesto no dia 11 de novembro de 1963, a Camde clamava a João Goulart que se opusesse a encampação da refinaria de Capuava (SP), pedindo para que não ouvisse “os inimigos do regime”. Tais inimigos usariam de todas as formas para comprometer as instituições democráticas e liberais no país, e João Goulart não deveria se submeter a isso na opinião da associação, que dizia estar representando todas as mulheres brasileiras. As mulheres ainda evocam os preceitos de família e o apelo materno como vetores de sua sensibilidade:

Mantenha vivo, Sr. Presidente, o lema da nossa Bandeira, “Ordem e Progresso”, lema que aprendemos a respeitar desde crianças, mas que só agora, como mães de família, compreendemos em todo o seu alcance e extensão. Medite, Sr. João Goulart, sobre a onda de indisciplina que avassala o Brasil de Norte a Sul. Pese seus reflexos sobre a produção e terá a verdadeira causa do processo inflacionário que nos está arrastando à

derrocada final, porque a todos corrói – grandes e pequenos, ricos e pobres (O Globo, 11/11/1963, p.18).

Primeiramente, as mulheres da entidade desejam a forte defensoria presidencial do país em relação às tradições brasileiras, como o lema da bandeira nacional. Desde a infância, a associação ressalta que “aprendemos” a respeitar a ordem em prol do progresso, mas elas só puderam dimensionar a importância do lema no momento que assumiram o dever da maternidade, entendendo plenamente o que significava o mero dizer de nossa bandeira. É pedido a João Goulart que pense e repense sobre o que estava ocorrendo no país e o caminho de subversão que estava enveredando a sociedade brasileira com as atitudes de determinados setores do estrato social local. A associação ainda sugere que os resultados negativos da economia poderiam ser revistos, e, caso fossem medidos corretamente, mostrariam que não eram necessárias medidas austeras como a encampação de refinarias para restabelecer a economia do país. Em suma, as providências do governo não poderiam afetar a liberdade e as iniciativas empresariais, que seriam desrespeitadas com a tomada do Estado.

O ponto fundamental do pedido é o imenso temor da instalação de um Estado intrusivo, tal como nos regimes comunistas da época. Qualquer atitude do governo que se assemelhasse ao que aconteceu em solo soviético era energeticamente repudiada pelas mulheres da Camde, mesmo que as reformas fossem necessárias e a própria intervenção do Estado fosse premente em determinados setores da economia. Propugnando pelo direito de iniciativa privada representada principalmente pelos empresários, o ambiente de Guerra Fria reduzia relevantemente a margem de manobra governamental, sofrendo oposição e acusação, pelos setores mais conservadores daquela sociedade, de estar começando a instaurar o sistema comunista no país.

Adiante, as mulheres desejam que João Goulart lute contra os “falsos patriotas” da nação brasileira:

Enfrente Sr. Presidente, os falsos patriotas que sob a máscara da encampação, não querem outra coisa que aniquilar a iniciativa privada e desmoralizar Vossa Excelência para implantar em nosso país o Estado Totalitário. Não se intimide com o brado de alguns, porque terá Vossa Excelência o verdadeiro aplauso do brasileiro, que quer a paz para trabalhar e ordem para progredir (O Globo, 11/11/1963, p.18).

O fragmento emana a vontade das mulheres em enfrentar o “mal” comunista e que João Goulart, à época no cargo político mais alto da nação, deveria combater os indivíduos que estavam repletos de pretensões subversivas identificadas ao aumento da participação estatal em todos os setores que perfazem uma sociedade e um Estado-nação, o que era

fortemente ligado ao sistema comunista pelo conservadorismo. A encampação então seria apenas uma roupagem e o início da perpetração de um plano que envolvia coisas muito maiores, aproveitando-se da situação aqueles simpáticos ao “Estado total”. Entendia a Camde que, necessitados de alguma prerrogativa para a instauração de seu programa subversivo, tais homens buscavam a descrença no sistema de governo para implementar o totalitarismo, passando pela destruição da iniciativa privada e, por conseguinte, do regime de liberdade que todos desfrutavam no Brasil. O verdadeiro brasileiro comemoraria a ação de Goulart contra os partidários do regime totalitário caso promovesse o embate e saísse vitorioso da luta, conseguindo finalmente a paz e o sossego para progredir através do trabalho. Estes verdadeiros brasileiros eram assim reconhecidos por manter a paz e, conseqüentemente, a ordem do sistema o qual a Camde não visava alterar.

Considerações Finais

Pôde-se perceber neste artigo que a Campanha da Mulher pela Democracia foi uma entidade bastante ativa no que concerne aos movimentos de oposição ao governo Goulart, e importante defensora de valores conservadores fazendo campanha para candidatos do cenário político identificado as suas crenças e projetos para a sociedade brasileira. A retórica do medo em torno de qualquer ação estatal que se assemelhasse com medidas comunistas e totalitárias se investiu de um poder considerável de eloquência, trazendo um significativo apoio civil à intervenção militar de 1964, corroborando e legitimando a atuação de outros setores como os militares, blocos empresariais, e parte da Igreja Católica.

O discurso da ala conservadora, então, apresentava alguns traços comuns, sempre apresentando as concepções religiosas, familiares e os valores ocidentais aos quais o povo brasileiro teria sido formatado, e qualquer desvio deste caminho, poderia se considerar subversivo e autoritário. A mídia impressa, protagonizado pelo jornal *O Globo*, fora veiculador das opiniões conservadoras e coadunava com as posições conservadoras que constantemente defendiam os ideais de um modelo de democracia. A associação de medidas exigidas pela esquerda brasileira bem como a algumas propostas do presidente João Goulart ao comunismo soviético fora uma estratégia para se angariar adeptos ao seu pensamento sobre sociedade e de seu projeto para o futuro do Brasil, defendendo a democracia de modo a defini-la como hospedeira natural da liberdade. A Camde fora peça integrante de um mecanismo eficiente para a disseminação do discurso conservador, norteadas pelos valores de cada membro da entidade, apresentando um toque de medo no que poderia representar entrada do sistema soviético no país. No entanto, entende-se que o oportunismo político, onde se

tomou o discurso do medo como uma das ferramentas para se arregimentar partidários de suas crenças, se apresentou de forma preponderante em sua intencionalidade.

Entretanto, a Camde também deve ser encarada como um importante agrupamento cívico feminino e uma amostra do poder das mulheres no cenário político brasileiro. Seu discurso conservador foi capaz de atingir diversos espíritos na sociedade brasileira, e sua retórica em torno dos princípios familiares apresentaram-se com grandiloquência. Deve-se reiterar que, antes de qualquer patrocínio e apoio masculino, as mulheres da Camde obtinham valores e crenças construídos no meio social que edificaram sua personalidade, nos mais altos estratos da desigual divisão social brasileira, de forma a defender seu status e suas posições com ativa participação através de seus manifestos e campanhas contra o que desacreditavam e no que entendiam ser o melhor, nunca desavistando seus interesses individuais.

Fontes Utilizadas

Histórico da Camde presente no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro (1967).

O Globo (RJ), 12/07/1962, 1º Caderno. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo>
Acesso em 25/05/2024.

O Globo (RJ), 13/07/1962, 1º Caderno. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo>
Acesso em 25/05/2024.

O Globo (RJ), 08/08/1962, 1º Caderno. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo>
Acesso em 27/05/2024.

O Globo (RJ), 03/04/1963, 1º Caderno. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo>
Acesso em 29/05/2024.

O Globo (RJ), 29/08/1963, 1º Caderno. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo>
Acesso em 01/06/2024.

O Globo (RJ), 11/11/1963, 1º Caderno. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo>
Acesso em 02/06/2024.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart. Entre a memória e a História**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.107-128.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. **As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965**. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, vol. 10, n. 1, jun. 2004. p.79-97.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe militar de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SESTINI, Pérola. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família. As mulheres no Golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

TOLEDO, Caio Navarro de. **A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964**. *Revista e-premissas*. Campinas, n°1, jun/dez. 2006. p.120-130.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)”. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.